

Pessoas idosas que moram sozinhas no Brasil: Análise do perfil sociodemográfico e a expressão das desigualdades sociais

Renildo Junio de França Braga¹

Francilene Soares de Medeiros Costa²

Cilene Sebastiana da Conceição Braga³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a caracterização do perfil da pessoa idosa que mora sozinha no Brasil. A metodologia de pesquisa teve como base a análise na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) referente ao ano de 2022. As disparidades regionais promovem impactos na forma de envelhecer e estão associadas a questões de ordem econômica e social, gênero e raça. Das pessoas idosas que moram sozinhas, as mulheres envelhecem mais que os homens, existe profunda vulnerabilidade econômica de grande parte dos idosos isolados, especialmente os pretos/pardos.

Palavras-chave

Pessoa idosa que mora sozinha; Envelhecimento e direitos sociais.

Elderly people living alone in Brazil: Analysis of the sociodemographic profile and the expression of social inequalities

Abstract

This work aims to present the characterization of the person's profile Elderly woman who lives alone in Brazil. The research methodology was based on Analysis in the Continuous National Household Sample Survey (Continuous PNAD), carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) regarding the Year of 2022. Regional disparities promote impacts on the way of aging and are associated with issues of economic and social order, gender and race. Of the Elderly people who live alone, women age more than the men, there is deep economic vulnerability of most of the elderly Isolated, especially the Black/Broos.

Keywords

Elderly person living alone; Aging and social rights.

Artigo recebido em setembro de 2025

Artigo aprovado em novembro de 2025

Introdução

O envelhecimento populacional é hoje um tema central nas agendas acadêmicas e de políticas públicas, em razão do seu acelerado crescimento em quase todas as regiões do mundo. No Brasil, entretanto, esse processo convive com profundas desigualdades sociais e econômicas que condicionam, de modo desigual, as possibilidades de envelhecer com qualidade de vida.

A investigação sobre o perfil das pessoas idosas que residem sozinhas originou-se de inquietações formuladas no âmbito de uma pesquisa colaborativa sobre Envelhecimento e Políticas Públicas, conduzida por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal de Santa Catarina e da UNIRIO. O estudo, que teve duração de três anos, gerou diversos achados; entre eles, a necessidade de atenção específica ao segmento de idosos em domicílios unipessoais, dada sua vulnerabilidade e demandas por acesso a direitos sociais.

Metodologicamente, o presente artigo adota abordagem mista, com revisão bibliográfica, análise documental e exploração de bases estatísticas oficiais (PNAD e IBGE). Para os fins deste trabalho, priorizou-se o tratamento quantitativo dos dados, com cruzamentos que permitam caracterizar diferenças por sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade e rendimento domiciliar *per capita*.

O artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta um referencial teórico sobre o envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea, situando o fenômeno nas relações de raça, trabalho e classe social. A segunda discute as especificidades do envelhecimento de pessoas idosas que moram sozinhas, analisando as múltiplas dimensões da autonomia, da solidão e sua vinculação com as redes de apoio. A terceira seção traz a análise de dados da PNAD Contínua do IBGE (2022), com ênfase em características como sexo, idade, raça/cor, escolaridade e renda. E, por fim, nas considerações finais são retomadas as principais evidências

e reflexões, destacando os desafios à efetivação dos direitos sociais e à garantia de um envelhecimento digno no Brasil.

Envelhecimento na sociedade capitalista contemporânea

A análise do envelhecimento na sociedade contemporânea apoia-se na gerontologia crítica, perspectiva que busca superar abordagens a-históricas e abstratas que homogeneizam a experiência da velhice e tendem a concebê-la como problema social (Teixeira, 2021). Essa perspectiva propõe compreender o envelhecimento a partir de seus determinantes sociais, situando o indivíduo nas relações entre singularidade, particularidade e totalidade.

Embora o envelhecimento seja reconhecido como um processo biopsicossocial complexo e heterogêneo, Teixeira (2021) argumenta que a descrição isolada de seus aspectos biológicos, psicológicos ou sociais é insuficiente para explicá-lo. O enfoque crítico visa apreender as múltiplas determinações do fenômeno, situando o sujeito em suas condições concretas de existência e historicidade.

Para Santos e Nascimento (2020), o capitalismo, ainda que tenha elevado a expectativa de vida em determinados grupos populacionais, organiza-se segundo as necessidades de lucro e acumulação, e não de realização humana. Essa contradição estrutural manifesta-se no envelhecimento por meio de desigualdades econômicas e sociais que comprometem a satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento de potencialidades.

Na mesma direção, Escorsim (2021) amplia o debate ao situar a velhice em contextos sócio-históricos, políticos e econômicos, ressaltando que o processo de envelhecer é atravessado por relações antagonicas de classe. O envelhecimento da classe trabalhadora — que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver — difere substancialmente daquele vivenciado pela classe burguesa. Essa diferença é decisiva, pois a classe trabalhadora depende diretamente das políticas de renda, previdência e assistência social para garantir condições objetivas e subjetivas de envelhecimento digno.



Nesse sentido, a condição de classe social é um dos diferenciais mais determinantes das experiências de envelhecimento, estabelecendo um extremo entre essas duas classes. Em economias dependentes, como a brasileira, essa experiência é marcada pela superexploração da força de trabalho, que se manifesta tanto no prolongamento da jornada quanto na remuneração paga abaixo do valor necessário à reposição da força de trabalho ou dos meios de subsistência básicos (Teixeira, 2021). Ainda segundo a autora, essa superexploração impõe ao trabalhador um gasto físico-psíquico superior ao normal, e é viabilizada em larga escala pela restrição do mercado formal, dessa forma, a longevidade e a sobrevida revelam a expressão mais concreta das desigualdades sociais, acompanhando a divisão do trabalho. Como afirma autora,

Essa realidade é prova incontestável de que os indivíduos, a depender da sua inserção de classe e das frações e dos grupos de classe, têm pouca ingerência nas suas condições de vida e trabalho, bem como no estilo de vida, dominado pelo tempo do capital, trabalho assalariado ou em busca da sobrevivência, influenciando, inclusive, na incidência de doenças e no envelhecimento físico e psíquico precoce (Teixeira, 2021, p. 462).

O Brasil alcançou conquistas significativas, como a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 e a sanção do Estatuto do Idoso em 2003, que visam garantir direitos importantes para a existência e dignidade da pessoa idosa. Tais conquistas são frutos de lutas e pressões sociais que inseriram o envelhecimento na agenda pública. No entanto, esses direitos são constantemente ameaçados e têm a sua efetivação dificultada pelo fortalecimento do neoliberalismo no Estado Brasileiro. Este modelo promove o acolhimento das demandas de mercado e a desregulamentação dos direitos sociais, sucateando políticas públicas essenciais para o envelhecimento, como a seguridade social.

Há uma clara transferência da responsabilidade pelo envelhecimento saudável para o indivíduo, a família, e o setor privado ou a sociedade

civil (ONGs e filantropia), o que representa uma desresponsabilização estatal diante do cenário de exploração e expropriação dos indivíduos. A desigualdade social persiste e se acentua, especialmente para os idosos que residem, por exemplo, em áreas rurais, onde a taxa de extrema pobreza e a baixa escolaridade ainda prevalecem (Escorsim, 2021).

Assim, a velhice na sociedade capitalista contemporânea é marcada por uma profunda heterogeneidade que o discurso de “melhor idade” tende a ocultar. A forma como se envelhece é distinta e particular, sendo fundamentalmente condicionada pelo embate de classes e pelas circunstâncias socioeconômicas. Enquanto políticas sociais e avanços legais (como as já supracitadas) são necessários e demonstram a ampliação da esfera de direitos, a crise do capital e os ordenamentos neoliberais colocam obstáculos consideráveis à concretização desses direitos. O desafio principal é a necessidade de universalizar e democratizar direitos que, sob a lógica do mercado, são cada vez mais demandados na esfera privada.

O domicílio unipessoal da pessoa idosa: distinção entre viver só e solidão, fatores determinantes para o empobrecimento

Os conceitos de “viver sozinho” e “solidão” são fundamentalmente distintos na sua concepção, apesar de serem frequentemente entendidos como sinónimos. Segundo Carneiro et al. (2012), viver sozinho refere-se a uma condição meramente objetiva e factual: a de uma pessoa que reside sozinha. Esta é uma situação demográfica que, no Brasil, atinge um número significativo de pessoas idosas. Já a solidão é um fenômeno subjetivo, resultante da percepção individual de insuficiência nas relações sociais. Assim, embora ambas as situações possam se sobrepor, o isolamento físico não implica necessariamente solidão.

Essa distinção é essencial para compreender o envelhecimento em contextos de moradia unipessoal. Embora viver sozinho não represente, necessariamente, uma condição de solidão, essa configuração pode ser compreendida como um importante fator de risco associa-



do ao isolamento social e a fragilização das redes de relações sociais. Nessa perspectiva, analisar os entrelaçamentos que envolvem a vivência da velhice em contextos de solidão no Brasil, demanda uma compreensão crítica das determinações históricas e estruturais que incidem sobre o processo de envelhecimento.

Tal análise torna-se ainda mais relevante quando se considera que parcela significativa da população idosa experimentou, ao longo de sua vida produtiva, condições marcadas por desigualdades socioeconômicas, precarização do trabalho e restrito acesso a políticas públicas. Elementos estes que repercutem diretamente na forma como se vivencia a velhice e nas possibilidades de manutenção da autonomia e da convivência social.

Contudo, é crucial salientar que a solidão não está indissociavelmente ligada à idade, mas sobretudo à falta de objetivos. Estudos sobre a população idosa vivendo sozinha em Portugal, realizados por Carneiro et al. (2012), apontam que idosos, mesmo vivendo sozinhos, mantinham-se satisfeitos com a vida nas situações em que o cotidiano apresentava diversos desafios e em que a saúde não fosse um impedimento. Por outro lado, para aqueles que não tinham “objetivos de vida para realizar”, a rotina era vista como angustiante e solitária.

A análise apresentada por este estudo, ao evidenciar que os objetivos de vida também permanecem presentes entre as pessoas idosas, permite-nos identificar dois cenários relevantes. O primeiro diz respeito à percepção social de que, ao atingirem a velhice, os indivíduos deixariam de ter metas ou objetivos pessoais, uma visão ainda muito difundida. O segundo refere-se a dimensão subjetiva desses objetivos, que podem estar diretamente relacionados à forma como cada pessoa vivenciou o processo de envelhecimento. No contexto brasileiro, esse percurso é marcado por múltiplos desafios, especialmente entre as populações mais empobrecidas.

Sendo assim, o crescente número de idosos residindo sozinhos no Brasil configura um novo arranjo domiciliar, diretamente associado ao

avançado processo de envelhecimento populacional e a transformações nos padrões de organização social. Pesquisa realizada por Ramos, Meira e Menezes (2013) com idosos em Jequié, Bahia, que teve como objetivo identificar as causas desse fenômeno, revelou que o envelhecimento em domicílio unipessoal é impulsionado por uma combinação de fatores trágicos, sociais e econômicos, sendo os principais: morte de familiares, separação conjugal, busca da individualidade e insuficiência econômica para o sustento de uma família.

Os autores acima reiteram que uma das causas mais prevalentes identificadas é a perda de familiares, notadamente a viuvez. A viuvez ocorre frequentemente entre as mulheres, devido à maior expectativa de vida feminina e ao fato de, em geral, serem mais jovens que seus maridos. Este luto e a conseqüente falta de companhia forçam muitos idosos a recomeçarem a vida sozinhos, especialmente quando não podem ou não desejam contar com o suporte de outros familiares. Além da viuvez, a separação conjugal também emerge como um fator determinante, seja resultante de relações insatisfatórias, como a perda de afetividade, ou em casos de abandono que caracterizam a separação como uma situação forçada, e não uma escolha do idoso.

Em contraste com as perdas involuntárias, a busca por autonomia e independência constitui importante motivo para a opção de viver só. Para muitos idosos, morar sozinho representa conquista de individualidade e preservação da privacidade, além de evitar conflitos familiares ou a percepção de serem vistos apenas como fonte de renda. Estudo de Ramos, Meira e Menezes (2013) indica que 97% dos idosos entrevistados preferiam essa condição à convivência familiar. No entanto, a efetivação dessa autonomia depende do apoio familiar e de recursos materiais e financeiros, cuja ausência pode gerar vulnerabilidade e comprometer a saúde física e mental.

Assim, compreender o envelhecimento de pessoas idosas que moram sozinhas requer articular dimensões objetivas e subjetivas, reconhecendo tanto a potência da autonomia quanto os limites im-

postos pelas desigualdades estruturais e pela fragilidade das redes de proteção social. Nesse sentido, a análise empírica que se segue busca evidenciar, a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022), como fatores como sexo, raça/cor, escolaridade e renda expressam concretamente essas contradições. Os números, mais do que descrever realidades demográficas, permitem apreender as marcas de classe, gênero e território que configuram a experiência de envelhecer sozinho no Brasil contemporâneo.

Análise do perfil sociodemográfico e econômico da pessoa idosa que mora sozinha no Brasil: evidências de desigualdades na velhice

A análise apresentada nesta seção constitui o quarto momento deste estudo, sendo apresentada à apresentação dos dados. Com isso, buscamos analisar os indicadores da pessoa idosa que reside sozinha no país a partir do cruzamento de bases de dados populacionais do IBGE, como a PNAD Contínua (IBGE, 2022). O objetivo é caracterizar este segmento populacional por meio de variáveis cruciais como sexo, idade, raça/cor, escolaridade e níveis de renda.

Tabela 01 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo e grupos de idade - Brasil (2022) - (continua)

Grupos de Idade	Homens		Mulheres		Total		Razão de Sexo
	N	%	N	%	N	%	
60-64	553.829	28,06	603.679	19,05	1.157.508	22,51	109,0
65-69	516.434	26,16	668.797	21,11	1.185.231	23,05	129,5
70-74	368.954	18,69	668.486	21,10	1.037.440	20,18	181,2
75-79	249.343	12,63	537.002	16,95	786.345	15,29	215,4
80-84	150.321	7,62	360.893	11,39	511.214	9,94	240,1
85-89	88.979	4,51	219.182	6,92	308.161	5,99	246,3
90+	45.967	2,33	110.288	3,48	156.256	3,04	239,9
Total	1.973.828	100	3.168.327	100	5.142.155	100,00	160,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022)

Os dados da Tabela 01 revelam uma tendência de feminização da população idosa que vive sozinha, situação apresentada em outras pesquisas (Bezerra, 2022) que mostra que essa situação não mudou e acompanha esse segmento há muitos anos. Das mais de 5 milhões de pessoas idosas que vivem sozinhas no Brasil, cerca de 62% são mulheres. A disparidade cresce com a idade — a razão de sexo sobe de 109 mulheres para cada 100 homens na faixa de 60–64 anos para 246 mulheres na faixa de 85–89 anos.

Essa tendência reflete o maior tempo de vida das mulheres e, em parte, a viuvez, fenômeno mais frequente entre elas. Contudo, a feminização da velhice solitária não é apenas resultado biológico: está profundamente relacionada a processos sociais de gênero, à desigualdade de renda e à precariedade da proteção social. Mulheres que enfrentam condições de trabalho mais instáveis, com menores contribuições previdenciárias, tendem a experimentar maior déficit econômico na velhice, o que repercute na forma como vivem sozinhas.

Além disso, observa-se que os homens se concentram nas faixas etárias mais jovens do grupo idoso (60 a 69 anos), enquanto as mulheres estão mais distribuídas nas idades avançadas. Isso reforça que as mulheres não apenas vivem mais, mas também vivem sozinhas por mais tempo, acumulando desigualdades que se estendem ao longo do curso da vida.

A seguir, apresentam-se os dados sobre a distribuição da população idosa que vive sozinha no Brasil, segundo as grandes regiões e grupos de idade (Tabela 02), que evidenciam que este fenômeno está profundamente ligado à distribuição territorial e às desigualdades regionais históricas.

Tabela 02 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo e grupos de idade - Brasil e grandes regiões (2022) -
continua

Região	Grupos de Idade	Homens		Mulheres	
		N	%	N	%
Norte	60-64	39.661	28,49	27.248	26,02
	65-69	36.265	26,05	21.715	20,73
	70-74	28.640	20,57	23.140	22,10
	75-79	17.966	12,90	14.567	13,91
	80-84	10.614	7,62	10.030	9,58
	85-89	3.440	2,47	5.454	5,21
	90+	2.632	1,89	2.574	2,46
	Total	139.216	100	104.729	100
Nordeste	60-64	143.507	28,30	138.874	20,57
	65-69	125.482	24,74	131.356	19,46
	70-74	96.473	19,02	139.366	20,65
	75-79	59.110	11,66	119.876	17,76
	80-84	47.001	9,27	72.870	10,79
	85-89	20.366	4,02	38.702	5,73
	90+	15.161	2,99	34.009	5,04
	Total	507.101	100	675.052	100
Sudeste	60-64	252.810	27,81	285.604	17,52
	65-69	241.087	26,52	356.168	21,85
	70-74	170.145	18,71	330.026	20,25
	75-79	116.937	12,86	281.271	17,26
	80-84	61.314	6,74	196.982	12,09
	85-89	47.130	5,18	123.749	7,59
	90+	19.728	2,17	56.137	3,44
	Total	909.152	100	1.629.939	100
Sul	60-64	75.500	26,45	108.679	19,91
	65-69	79.103	27,71	107.210	19,64
	70-74	48.888	17,13	122.702	22,48
	75-79	39.275	13,76	86.742	15,89

	80-84	23.255	8,15	64.444	11,81
	85-89	13.145	4,61	40.642	7,45
	90+	6.267	2,20	15.357	2,81
	Total	285.432	100	545.776	100
Centro-Oeste	60-64	42.351	31,86	43.274	20,33
	65-69	34.497	25,95	52.348	24,60
	70-74	24.808	18,66	53.252	25,02
	75-79	16.055	12,08	34.545	16,23
	80-84	8.137	6,12	16.567	7,78
	85-89	4.898	3,68	10.635	5,00
	90+	2.179	1,64	2.211	1,04
	Total	132.926	100	212.831	100

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

A análise evidencia que o Sudeste concentra o maior número absoluto de idosos vivendo sozinhos, tanto entre homens quanto entre mulheres. Em seguida aparecem as regiões Nordeste e Sul, com participações expressivas. No entanto, mais do que a distribuição numérica, interessa observar as desigualdades territoriais que estruturam essas diferenças.

Conforme será evidenciado em dados a seguir, no Nordeste e no Norte, as condições de vida dos idosos são marcadas por baixos rendimentos e marcas históricas de desigualdades raciais, o que amplia os riscos de vulnerabilidade. Já no Sudeste e no Sul, embora a proporção de idosos vivendo sozinhos também seja elevada, o contexto socioeconômico tende a ser menos adverso, com maior cobertura previdenciária e melhor infraestrutura urbana.

Esses contrastes regionais revelam que a moradia unipessoal na velhice assume significados distintos conforme o território: em alguns casos pode expressar autonomia e independência, enquanto em outros reflete isolamento social, pobreza e fragilidade das redes de apoio. A intersecção entre envelhecimento, território e desigualdade reitera a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades regionais.

A seguir, a Tabela 03, apresenta a distribuição de pessoas idosas que vivem sozinhas, segundo sexo, raça/cor e grandes regiões do país, evidenciando desigualdades raciais no envelhecimento solitário. Os dados apresentam uma polarização que indica que a vulnerabilidade do isolamento é distribuída de forma desigual, refletindo a estrutura demográfica e socioeconômica de cada grande região do país.

Tabela 03 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo e raça/cor - Brasil e grandes regiões (2022)

Região	Homens				Mulheres			
	Branços		Pretos/Pardos		Branças		Pretas/Pardas	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	30.339	22,2	106.052	77,8	28.311	27,4	75.078	72,6
Nordeste	127.110	25,2	376.821	74,8	214.900	32,0	456.249	68,0
Sudeste	442.169	49,3	455.562	50,7	1.009.104	63,2	588.233	36,8
Sul	215.633	76,4	66.759	23,6	450.561	83,1	91.945	16,9
Centro-Oeste	57.068	43,4	74.415	56,6	90.715	43,1	119.606	56,9
Brasil	872.320	216,5	1.079.609	283,5	1.793.591	248,8	1.331.111	251,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Nas regiões Norte e Nordeste, predominam idosos pretos e pardos, enquanto nas regiões Sul e Sudeste há forte presença de idosos brancos vivendo sozinhos. Essa polarização reflete a estrutura racializada das desigualdades sociais brasileiras, evidenciando que a solidão na velhice também é marcada pela cor da pele e pelo lugar que cada grupo ocupa na hierarquia social.

No Norte, 77,8% dos homens e 72,6% das mulheres idosas que vivem sozinhas são pretos ou pardos. No Sul, a situação se inverte: 76,4% dos homens e 83,1% das mulheres são brancos. Essa diferença expressa não apenas a composição demográfica regional, mas sobretudo as desigualdades históricas no acesso à educação, à renda e à previdência social.

A análise desses dados, quando articulada à perspectiva de totalidade social discutida anteriormente, mostra que raça e classe se

entrelaçam na produção das desigualdades na velhice. O isolamento, portanto, não pode ser lido apenas como escolha individual, mas como consequência de processos estruturais de desigualdade. Assim, as políticas públicas voltadas às pessoas idosas precisam considerar a dimensão racial como eixo fundamental na formulação de ações de cuidado, renda e convivência.

A Tabela 04 mostra que o nível de instrução baixo é uma característica marcante da população idosa que vive sozinha, e esta condição é mais aguda em certas regiões.

Tabela 04 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo e nível de instrução - Brasil e grandes regiões (2022) - **continua**

Região	Nível de instrução	Homens		Mulheres	
		N	%	N	%
Norte	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	35.993	25,85	24.895	23,77
	Fundamental incompleto ou equivalente	71.655	51,47	45.217	43,18
	Fundamental completo ou equivalente	5.190	3,73	7.815	7,46
	Médio incompleto ou equivalente	2.201	1,58	2.697	2,58
	Médio completo ou equivalente	12.055	8,66	12.829	12,25
	Superior incompleto ou equivalente	2.999	2,15	1.345	1,28
	Superior completo	9.123	6,55	9.932	9,48
Nordeste	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	197.156	38,88	206.070	30,53
	Fundamental incompleto ou equivalente	201.118	39,66	276.473	40,96
	Fundamental completo ou equivalente	22.098	4,36	33.456	4,96
	Médio incompleto ou equivalente	10.131	2,00	9.980	1,48



	Médio completo ou equivalente	44.354	8,75	80.356	11,90
	Superior incompleto ou equivalente	2.876	0,57	4.434	0,66
	Superior completo	29.368	5,79	64.282	9,52
Sudeste	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	66.739	7,34	164.854	10,11
	Fundamental incompleto ou equivalente	442.564	48,68	685.669	42,07
	Fundamental completo ou equivalente	94.218	10,36	154.187	9,46
	Médio incompleto ou equivalente	24.409	2,68	25.580	1,57
	Médio completo ou equivalente	146.423	16,11	295.225	18,11
	Superior incompleto ou equivalente	25.264	2,78	32.265	1,98
	Superior completo	109.534	12,05	272.158	16,70
Sul	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	21.560	7,55	48.893	8,96
	Fundamental incompleto ou equivalente	154.565	54,15	298.382	54,67
	Fundamental completo ou equivalente	25.810	9,04	43.140	7,90
	Médio incompleto ou equivalente	14.084	4,93	9.625	1,76
	Médio completo ou equivalente	34.837	12,21	64.197	11,76
	Superior incompleto ou equivalente	9.935	3,48	8.634	1,58
	Superior completo	24.641	8,63	72.906	13,36
Centro-Oeste	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	27.570	20,74	30.667	14,41
	Fundamental incompleto ou equivalente	67.875	51,06	99.439	46,72
	Fundamental completo ou equivalente	7.557	5,68	17.139	8,05
	Médio incompleto ou equivalente	2.087	1,57	5.665	2,66

	Médio completo ou equivalente	11.048	8,31	26.626	12,51
	Superior incompleto ou equivalente	2.851	2,14	2.673	1,26
	Superior completo	13.939	10,49	30.623	14,39
Brasil	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	349.017	17,68	475.379	15,00
	Fundamental incompleto ou equivalente	937.777	47,51	1.405.179	44,35
	Fundamental completo ou equivalente	154.873	7,85	255.737	8,07
	Médio incompleto ou equivalente	52.912	2,68	53.547	1,69
	Médio completo ou equivalente	248.718	12,60	479.233	15,13
	Superior incompleto ou equivalente	43.925	2,23	49.351	1,56
	Superior completo	186.605	9,45	449.902	14,20

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Observa-se que o nível de instrução da maioria concentra-se até o ensino fundamental incompleto, configurando um padrão nacional de escolaridade limitada que, embora mais acentuado entre os homens, atinge ambos os sexos de forma expressiva. Essa realidade educacional reduz as possibilidades de inserção produtiva e de acesso a informações sobre direitos e políticas públicas, o que tende a ampliar desigualdades sociais.

Regionalmente, o Nordeste se destaca como o território onde a precariedade educacional é mais aguda. Nesta região, o analfabetismo e a baixa escolaridade permanecem como heranças de um passado de desigualdade estrutural e exclusão educacional. Em contraposição, as regiões Sul e Sudeste apresentam um quadro mais diversificado, com percentuais mais elevados de idosos com ensino superior completo, sobretudo entre as mulheres – um indício de que a ampliação do acesso à educação nas últimas décadas impactou positivamente esse grupo. Ainda assim, mesmo nesses contextos,

prevalecem as trajetórias educacionais interrompidas antes da conclusão do ensino fundamental, o que evidencia o caráter persistente das desigualdades formativas no país.

Essas diferenças regionais e de gênero revelam que o nível de instrução continua sendo um marcador de desigualdade que atravessa o envelhecimento. A baixa escolaridade, associada ao isolamento, tende a reduzir a capacidade de acessar serviços, interpretar informações e reivindicar direitos, o que reforça o ciclo de desproteção em que muitos idosos se encontram.

Nesse sentido, torna-se fundamental observar como o recorte de renda domiciliar per capita, apresentado na Tabela 05, explicita as conexões entre pobreza, isolamento e desigualdades estruturais que atravessam o envelhecer no Brasil.

Tabela 05 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo, raça/cor e nível de renda domiciliar per capita - Brasil e grandes regiões (2022) - **continua**

Região	Nível de renda domiciliar per capita	Homens				Homens			
		Branços		Pretos/Pardos		Branços		Pretos/Pardos	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	Até ¼ salário mínimo	1.641	5,4	5.149	4,9	1.277	4,5	5.212	6,9
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	537	1,8	6.435	6,1	260	0,9	2.430	3,2
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	13.187	43,5	53.872	50,8	13.597	48,0	40.421	53,8
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	6.740	22,2	25.511	24,1	6.283	22,2	18.513	24,7
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	1.985	6,5	7.325	6,9	2.746	9,7	3.676	4,9
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	2.177	7,2	4.324	4,1	3.074	10,9	2.444	3,3
	Mais de 5 salários mínimos	4.073	13,4	3.436	3,2	1.073	3,8	2.383	3,2
Nordeste	Até ¼ salário mínimo	4.798	3,8	31.536	8,4	6.853	3,2	20.588	4,5

	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	4.675	3,7	24.120	6,4	7.002	3,3	14.826	3,2
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	62.021	48,8	216.367	57,4	101.731	47,3	266.999	58,5
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	37.723	29,7	71.913	19,1	55.645	25,9	103.326	22,6
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	5.187	4,1	8.141	2,2	18.807	8,8	25.812	5,7
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	5.377	4,2	10.992	2,9	11.720	5,5	14.134	3,1
	Mais de 5 salários mínimos	7.329	5,8	13.753	3,6	13.140	6,1	10.564	2,3
Sudeste	Até ¼ salário mínimo	22.551	5,1	25.783	5,7	48.456	4,8	23.541	4,0
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	5.283	1,2	19.695	4,3	10.714	1,1	17.474	3,0
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	128.994	29,2	179.127	39,3	312.278	30,9	287.871	48,9
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	99.720	22,6	112.986	24,8	256.119	25,4	174.126	29,6
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	55.716	12,6	70.559	15,5	140.944	14,0	37.206	6,3
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	78.314	17,7	28.858	6,3	130.707	13,0	28.982	4,9
	Mais de 5 salários mínimos	51.590	11,7	18.556	4,1	109.886	10,9	19.034	3,2
Sul	Até ¼ salário mínimo	6.346	2,9	2.066	3,1	13.562	3,0	5.075	5,5
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	3.248	1,5	3.826	5,7	4.487	1,0	3.022	3,3
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	60.572	28,1	26.699	40,0	147.386	32,7	43.243	47,0
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	65.355	30,3	18.037	27,0	136.184	30,2	25.356	27,6
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	31.118	14,4	6.858	10,3	71.574	15,9	8.372	9,1
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	27.806	12,9	4.498	6,7	38.483	8,5	5.451	5,9



	Mais de 5 salários mínimos	21.188	9,8	4.777	7,2	38.886	8,6	1.426	1,6
Centro-Oeste	Até ¼ salário mínimo	1.447	2,5	5.077	6,8	2.673	2,9	4.407	3,7
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	803	1,4	2.746	3,7	1.828	2,0	3.082	2,6
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	17.177	30,1	37.749	50,7	32.101	35,4	54.472	45,5
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	15.778	27,6	16.767	22,5	22.552	24,9	34.592	28,9
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	8.483	14,9	4.906	6,6	9.310	10,3	8.909	7,4
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	2.971	5,2	4.757	6,4	8.549	9,4	5.517	4,6
	Mais de 5 salários mínimos	10.410	18,2	2.414	3,2	13.702	15,1	8.627	7,2
Brasil	Até ¼ salário mínimo	36.784	4,2	69.611	6,4	72.821	4,1	58.823	4,4
	Mais de ¼ até ½ salário mínimo	14.545	1,7	56.822	5,3	24.291	1,4	40.834	3,1
	Mais de ½ até 1 salário mínimo	281.951	32,3	513.814	47,6	607.093	33,8	693.004	52,1
	Mais de 1 até 2 salários mínimos	225.317	25,8	245.213	22,7	476.783	26,6	355.914	26,7
	Mais de 2 até 3 salários mínimos	102.489	11,7	97.787	9,1	243.381	13,6	83.974	6,3
	Mais de 3 até 5 salários mínimos	116.644	13,4	53.429	4,9	192.534	10,7	56.529	4,2
	Mais de 5 salários mínimos	94.590	10,8	42.935	4,0	176.688	9,9	42.034	3,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Analisando a Tabela 05, identificamos que a maior concentração de idosos vivendo sozinhos, em todas as categorias de sexo e raça/cor, situa-se na faixa de renda entre mais de ½ até 1 salário mínimo. Além disso, constata-se uma disparidade racial com relação à pobreza, a população Preto/Parda isolada está muito mais concentrada nesta faixa de desproteção (½ a 1 salário mínimo): 47,6% dos homens e 52,1%

das mulheres. Em contraste, 32,3% dos homens brancos e 33,8% das mulheres brancas estão nesta mesma faixa.

No Nordeste, a dependência dessa faixa de renda baixa é ainda mais crítica, atingindo 57,4% dos homens Pretos/Pardos e 58,5% das mulheres Pretas/Pardas.

Embora a faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo seja a dominante, a proporção de idosos na faixa de renda mais baixa (Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo) também é notável entre os pretos/pardos (6,4% dos homens e 4,4% das mulheres), em comparação com os brancos (4,2% dos homens e 4,1% das mulheres). Essa diferença é mais evidente no Nordeste, onde 8,4% dos homens pretos/pardos isolados e 4,5% das mulheres pretas/pardas vivem com essa renda extremamente baixa.

A desigualdade se manifesta claramente no topo da distribuição de renda. Na faixa de mais de 5 salários mínimos, a participação de idosos isolados brancos é muito maior (10,8% dos homens e 9,9% das mulheres) em comparação com pretos/pardos (4,0% dos homens e 3,2% das mulheres). Mesmo no Sul, a disparidade é gritante: homens brancos (9,8%) versus homens pretos/pardos (7,2%) e mulheres brancas (8,6%) versus mulheres pretas/pardas (1,6%).

De acordo com Ramos, Meira e Menezes (2013), a insuficiência econômica revela-se, portanto, um condicionante decisivo que, em muitos casos, se sobrepõe ao desejo de companhia. Essa realidade reflete o panorama da pobreza que atinge muitos idosos brasileiros, forçando-os a viverem sós por não terem condições de arcar com as despesas básicas de mais de uma pessoa. O conhecimento dessas causas, desde a viuvez e o divórcio até a busca por autonomia e as limitações financeiras, é crucial para que profissionais de saúde e políticas públicas desenvolvam um atendimento direcionado às necessidades complexas dos idosos que residem em domicílios unipessoais.

Compreendida a dimensão econômica em termos de renda, é necessário avançar para a análise das formas de proteção social institucionalizada que sustentam parte dessa população. A Tabela 06, ao

abordar o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), permite identificar como este benefício incide – ainda que de forma limitada – na mitigação das desigualdades mais severas entre pessoas idosas que vivem sozinhas.

Tabela 06 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo, raça/cor e recebimento de Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BPC-LOAS - Brasil e grandes regiões (2022)

Região	Recebe BPC	Homens				Homens			
		Branco		Pretos/Pardos		Branco		Pretos/Pardos	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	Sim	3.340	11,01	10.786	10,17	2.036	7,19	8.237	10,97
	Não	27.000	88,99	95.266	89,83	26.276	92,81	66.841	89,03
Nordeste	Sim	5.842	4,60	25.277	6,71	13.470	6,27	34.176	7,49
	Não	121.269	95,40	351.544	93,29	201.430	93,73	422.073	92,51
Sudeste	Sim	20.813	4,71	31.811	6,98	28.926	2,87	46.323	7,88
	Não	421.356	95,29	423.752	93,02	980.179	97,13	541.910	92,12
Sul	Sim	7.515	3,49	2.737	4,10	14.085	3,13	6.422	6,98
	Não	208.118	96,51	64.022	95,90	436.477	96,87	85.523	93,02
Centro-Oeste	Sim	3.797	6,65	8.979	12,07	7.552	8,32	9.247	7,73
	Não	53.271	93,35	65.436	87,93	83.163	91,68	110.359	92,27
Brasil	Sim	41.307	4,7	79.590	7,4	66.067	3,7	104.407	7,8
	Não	831.013	95,3	1.000.019	92,6	1.727.524	96,3	1.226.704	92,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Na Tabela 6, podemos verificar a proporção de idosos que residem sozinhos e recebem o BPC-LOAS que, em nível nacional, a dependência desse benefício assistencial é significativamente maior entre a população preta/parda. Enquanto 4,7% dos homens brancos e 3,7% recebem o benefício, essa proporção aumenta para 7,4% dos homens pretos/pardos e 7,8% das mulheres pretas/pardas.

Regionalmente, a disparidade é ainda mais acentuada, como veremos a seguir. Os homens pretos/pardos no centro-oeste apresentam o maior percentual de recebimentos (12,07%), seguidos pelo Norte (10,17%). Já as mulheres pretas/pardas têm a maior taxa de recebimen-

to no Norte. Em contraste com este cenário, é no centro-oeste que a diferença racial é mais extrema para os homens, com 6,65% dos brancos recebendo o BPC, contra 12,07% dos pretos/pardos. No Nordeste, 7,49% das mulheres pretas/pardas dependem desse benefício, contrastando com 6,27% das mulheres brancas.

A Tabela 06 oferece um panorama estatístico direto da disparidade estrutural que define o envelhecimento para parcelas significativas da população brasileira. O BPC, sendo um benefício assistencial destinado àqueles que não puderam contribuir para a previdência social, atua como um indicador direto da pobreza e da exclusão social. O dado central é que a dependência deste benefício não é aleatória, mas sim profundamente racializada e regionalizada, fornecendo evidências concretas de que a experiência da velhice, conforme dito pela gerontologia crítica, é inevitavelmente atravessada pelas relações antagônicas de classe no capitalismo.

Além disso, o alto índice de recebimento do BPC entre idosos pretos/pardos que residem sozinhos, reflete a consequência direta da restrição ao mercado formal e da precarização laboral ao longo da vida produtiva. A aposentadoria ou pensão constitui o principal suporte financeiro para o idoso isolado, garantindo a efetivação, mesmo que insuficiente, da autonomia. Nesse sentido, o número alto de recebimento do BPC, pode indicar a insuficiência em construir uma segurança previdenciária, forçando o indivíduo a viver com uma renda básica que, muitas vezes, apenas impede a extrema pobreza. Assim, o benefício assistencial não é apenas uma política de proteção, mas sim a compensação da exclusão previdenciária decorrente da inserção desfavorável de classe dessa população.

A concentração regional, principalmente no Centro-Oeste e Norte, onde a maioria dos idosos sozinhos se identificam como pretos/pardos, corroboram que a vulnerabilidade do isolamento é distribuída de forma desigual, refletindo a estrutura demográfica e socioeconômica preexistente. A necessidade do BPC é particularmente urgente nessas regiões,

onde a população idosa frequentemente se encontra em áreas rurais ou em contextos de baixa escolaridade e extrema pobreza, necessitando das políticas de proteção social para ter condições objetivas e subjetivas dignas de envelhecer e viver a velhice.

Estes dados demonstram que, embora o BPC-LOAS não seja a fonte de renda primária para a maioria dos idosos que residem sozinhos, ele é um suporte vital e mais frequentemente acessado pelos idosos de cor/raça preta/parda, o que marca a correlação entre raça e etnia e a necessidade de proteção assistencial no Brasil.

A Tabela 07 analisa o recebimento do Bolsa Família (BF) entre os idosos sozinhos, revelando que este programa possui uma baixa abrangência para essa população, não sendo um pilar central de sua renda.

Tabela 07 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo, raça/cor e recebimento de Bolsa Família - Brasil e grandes regiões (2022)

Região	Recebe Bolsa Família	Homens				Homens			
		Branco		Pretos/Pardos		Branco		Pretos/Pardos	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	Sim	372	1,23	3.693	3,48	88	0,31	3.141	4,18
	Não	29.967	98,77	102.358	96,52	28.223	99,69	71.937	95,82
Nordeste	Sim	5.479	4,31	17.953	4,76	7.388	3,44	17.061	3,74
	Não	121.632	95,69	358.868	95,24	207.512	96,56	439.188	96,26
Sudeste	Sim	6.321	1,43	21.023	4,61	11.466	1,14	19.452	3,31
	Não	435.848	98,57	434.540	95,39	997.638	98,86	568.781	96,69
Sul	Sim	3.940	1,83	3.041	4,56	3.725	0,83	3.110	3,38
	Não	211.693	98,17	63.718	95,44	446.836	99,17	88.835	96,62
Centro-Oeste	Sim	1.172	2,05	2.244	3,02	950	1,05	2.724	2,28
	Não	55.896	97,95	72.171	96,98	89.765	98,95	116.881	97,72
Brasil	Sim	17.283	2,0	47.954	4,4	23.617	1,3	45.488	3,4
	Não	855.037	98,0	1.031.655	95,6	1.769.975	98,7	1.285.623	96,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Analisando a Tabela 07, visualizamos a baixa cobertura no geral do Bolsa Família no Brasil. A proporção de idosos que residem sozinhos

que recebem o benefício é pequena. Apenas 2,0% dos homens brancos e 1,3% das mulheres brancas são beneficiárias.

Por mais que o número absoluto de beneficiários seja baixo, a dependência relativa é maior entre a população preta/parda. 4,4% dos homens pretos/pardos e 3,4% das mulheres pretas/pardas recebem o benefício, indicando que, quando acionado, ele atende prioritariamente a famílias ou indivíduos de maior desproteção, que se concentram entre os não brancos.

As maiores taxas de recebimento para homens pretos/pardos são observadas no Nordeste (4,76%) e no Sudeste (4,61%). Para as mulheres pretas/pardas, o Norte concentra o maior percentual de recebimento do Bolsa Família, com 4,18%.

A análise reforça que, para o perfil de idosos que vivem sozinhos, os programas de transferência de renda complementar, como o Bolsa Família, atingem uma parcela muito restrita, com uma concentração nos grupos raciais historicamente mais empobrecidos e vulneráveis.

A presença do Bolsa Família entre pessoas idosas que moram sozinhas é residual, o que indica uma lacuna importante na política de proteção social. Tradicionalmente voltado a famílias com crianças e adolescentes, o programa praticamente ignora os arranjos unipessoais de idosos, ainda que muitos deles vivam em situação de risco comparável à de famílias pobres com dependentes.

O baixo percentual de beneficiários, mais uma vez concentrado entre pretos e pardos e nas regiões Norte e Nordeste, mostra como o desenho das políticas públicas tende a invisibilizar o envelhecimento solitário, restringindo o acesso a instrumentos que poderiam atenuar a precariedade econômica. Esse descompasso reforça a crítica à lógica focalizada e fragmentada que permeia o sistema de proteção social brasileiro: enquanto o BPC cobre apenas os extremamente pobres e incapacitados, o Bolsa Família exclui os idosos autônomos, mas igualmente vulneráveis, por não se enquadrarem no perfil familiar exigido.

A ausência de um olhar intergeracional e a falta de articulação entre os programas sociais acabam por aprofundar a solidão e a insegurança material na velhice. Assim, a política pública, em vez de corrigir desigualdades históricas, tende a reproduzi-las, deixando os idosos solitários à margem das ações estatais que deveriam garantir um mínimo de proteção e dignidade.

Enquanto os benefícios assistenciais e as transferências de renda alcançam apenas uma fração limitada dos idosos que vivem sós, o sistema previdenciário ainda constitui a principal âncora de sustentação dessa população. A Tabela 08 evidencia como o acesso à aposentadoria e à pensão se torna o divisor mais marcante entre diferentes trajetórias de envelhecimento no Brasil.

Tabela 08 - Distribuição absoluta e relativa de idosos que vivem sozinhos no domicílio, segundo sexo, raça/cor e recebimento de aposentadoria ou pensão - Brasil e grandes regiões (2022)

Região	Recebe Aposentadoria ou Pensão	Homens				Homens			
		Branços		Pretos/Pardos		Branços		Pretos/Pardos	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	Sim	19.850	65,42	64.128	60,47	22.889	80,85	53.409	71,14
	Não	10.490	34,58	41.924	39,53	5.422	19,15	21.669	28,86
Nordeste	Sim	95.871	75,42	266.072	70,61	181.751	84,57	366.864	80,41
	Não	31.239	24,58	110.749	29,39	33.149	15,43	89.385	19,59
Sudeste	Sim	326.267	73,79	308.925	67,81	860.865	85,31	469.611	79,83
	Não	115.902	26,21	146.637	32,19	148.239	14,69	118.623	20,17
Sul	Sim	178.424	82,74	48.793	73,09	402.910	89,42	73.222	79,64
	Não	37.210	17,26	17.966	26,91	47.652	10,58	18.722	20,36
Centro-Oeste	Sim	40.471	70,92	40.858	54,91	73.876	81,44	94.359	78,89
	Não	16.597	29,08	33.557	45,09	16.839	18,56	25.246	21,11
Brasil	Sim	660.882	75,8	728.776	67,5	1.542.291	86,0	1.057.465	79,4
	Não	211.438	24,2	350.834	32,5	251.300	14,0	273.646	20,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022).

Os dados da Tabela 08 confirmam que a maioria dos idosos que vivem sozinhos depende de aposentadorias e pensões como principal

fonte de renda, o que demonstra a relevância da previdência social na estrutura de proteção ao envelhecimento. Contudo, a distribuição desse acesso está longe de ser equitativa. Pessoas brancas, residentes nas regiões Sul e Sudeste, figuram entre as maiores beneficiárias, enquanto os pretos e pardos, sobretudo do Nordeste e do Norte, apresentam índices significativamente menores de cobertura.

Essa discrepância reflete o histórico de inserção desigual no mercado de trabalho e a predominância de vínculos informais que impedem contribuições regulares à previdência. A exclusão previdenciária é, portanto, um reflexo direto das desigualdades estruturais de classe, raça e território. Além disso, o dado revela como o acesso à renda formal na velhice está condicionado à lógica contributiva, que penaliza quem mais precisou trabalhar de forma precária ao longo da vida.

A exclusão previdenciária se acentua exponencialmente em certas regiões, indo ao encontro da ideia de que a longevidade revela a expressão mais concreta das desigualdades sociais e regionais. O cenário mais crítico é observado entre os homens pretos/pardos na região Centro-Oeste, onde 45,05% não recebem aposentadoria ou pensão. No Norte, a situação também é alarmante, com 39,53% dos homens pretos/pardos fora da cobertura previdenciária. Esses dados corroboram que o envelhecimento da classe trabalhadora, que, em sua maioria, depende de políticas de proteção social para ter condições objetivas e subjetivas dignas, é inviabilizado pela falta de acesso a esses direitos. A ausência da aposentadoria força a dependência de rendas extremamente baixas, conforme evidenciado na Tabela 05, onde maior parte dos idosos pretos/pardos se concentra na faixa de mais de ½ até 1 salário mínimo.

A aposentadoria, que deveria representar o direito à segurança material após décadas de trabalho, acaba se convertendo em um marcador de desigualdade social. Aqueles que não tiveram inserção formal permanecem dependentes de programas assistenciais insuficientes

ou vivem em completa desproteção. Assim, a previdência reforça, no plano da velhice, a mesma hierarquia social que estruturou o mundo do trabalho, perpetuando iniquidades.

Finalmente, pode-se constatar que os dados revelam que o envelhecimento solitário no Brasil está profundamente vinculado à fragilidade das políticas públicas e à seletividade do sistema de proteção social. As diferenças de acesso ao BPC, ao Bolsa Família e à previdência espelham a reprodução das desigualdades de classe e raça ao longo da vida – desigualdades que se tornam mais visíveis e cruéis quando a velhice é vivida em isolamento.

Considerações finais

O envelhecimento populacional brasileiro é um fenômeno demográfico marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas que determinam a qualidade de vida da pessoa idosa. A análise quantitativa do perfil de idosos que vivem sozinhos (5.142.155 indivíduos) revelou uma acentuada feminização dessa condição, com as mulheres representando a maioria absoluta e a disparidade de sexo se ampliando exponencialmente nas faixas etárias mais avançadas. A experiência de envelhecer dignamente para a classe trabalhadora depende, não somente, das políticas de proteção social.

Por mais que o arranjo domiciliar unipessoal possa ser uma busca por autonomia e individualidade, esta condição pode se tornar um fator de risco para o isolamento social e para a vulnerabilidade quando desacompanhada de um suporte financeiro. A insuficiência econômica é um fator determinante que, em muitos casos, força o idoso a residir com demais familiares, de encontro a um cenário que potencialize a autonomia e a dignidade dessa população. Superar a pobreza concentrada e racializada exige um compromisso estatal, garantindo que o crescente número de idosos que vivem sozinhos no Brasil tenham as condições objetivas e necessárias para envelhecer com dignidade e segurança.

Em suma, o desafio central que se coloca diante do crescente número de idosos vivendo sozinhos é a necessidade de assegurar, universalizar e democratizar direitos em um contexto de crise do capital e ofensiva neoliberal. A heterogeneidade da velhice exige uma intervenção estatal intensa que vá além da visão individualizada, enfrentando as múltiplas determinações estruturais que geram a pobreza, a baixa escolaridade e a vulnerabilidade do isolamento social, especialmente entre as populações pretas/pardas das regiões Norte e Nordeste. Garantir condições objetivas e subjetivas dignas para envelhecer passa necessariamente pela superação das desigualdades e pelo fortalecimento da proteção social em face da lógica do mercado.

Referências

BEZERRA, Karolaine dos Santos. A feminização do envelhecimento e o Serviço Social: contribuições da profissão para as mulheres idosas no Brasil. In: XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11 a 13 out. 2022. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2022.

CARNEIRO, Roberto; CHAU, Fernando; SOARES, Cândida; FIALHO, José Sousa; SACADURA, Maria João. A população idosa e a situação de isolamento. In: CARNEIRO, Roberto (coord.). **O envelhecimento da população: dependência, ativação e qualidade**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – CESOP, 2012. p. 97-134.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Kw-jLV5fqvw6tWsfWVvczcMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

RAMOS, José Lúcio Costa; MEIRA, Edméia Campos; MENEZES, Maria do Rosário de. Idosos sozinhos: razões para o envelhecer em domicílio unipessoal. **Memorialidades**, Ilhéus, v. 10, n. 19, p. 9-24, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/12>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, Milena da Silva; NASCIMENTO, Michelli Barbosa do. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 163-176, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27202/20872>. Acesso em: 8 set. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 447-466, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZKybzNjxNnSWSHnL-7F6BwXG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

Notas

- 1 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Assistente Social do Programa de Residência Multiprofissional de Atenção em Urgência e Emergência da Universidade do Estado do Pará (UEPA). ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-4939-3508>. E-mail: juniofranza8@gmail.com
- 2 Professora Associada do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA. Doutora em Geografia pela Unesp-Presidente Prudente. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5731-1609>. E-mail: francilene@ufpa.br
- 3 Professora Adjunta do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2342-2818>. E-mail: cilene@ufpa.br

